

Introdução

Fernando Henrique Cardoso
Geraldo Müller

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARDOSO, FH., and MÜLLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 1-9. Introdução. ISBN: 978-85-99662-73-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Introdução

A perspectiva que permite entender o devassamento do mundo entre mágico e cruel da Amazônia está à vista de todos: o afã do progresso, a busca de integração nacional e o crescimento econômico acabaram por atingir os espaços amazônicos. A região começou a incorporar-se ao processo geral da expansão capitalista no Brasil. Este processo ocorre na Amazônia, entretanto, numa situação específica: a região guarda as características de frente pioneira e incorpora, em sua expansão, as mais variadas formas sociais de produção, que abarcam, num leque, desde formas compulsórias de trabalho até relações puramente assalariadas, uma vez que a expansão capitalista não se efetiva de modo homogêneo e retilíneo. E como parte deste leque que interessa analisar o movimento da expansão da acumulação de capitais, no momento específico em que se dá a incorporação dos espaços amazônicos à economia nacional.

A penetração geográfica na Amazônia e a história da região devem ser vistas portanto em relação com o processo de expansão do capitalismo, em função da forma, ritmo e volume da acumulação ocorrida nas demais regiões brasileiras. Como, entretanto, o capital nada mais é do que uma relação social, a expansão do capitalismo na Amazônia depende da forma concreta que aquela relação social assume. Para sua análise são relevantes tanto o pioneirismo típico da Amazônia – a rudeza – da relação direta terra-homem e a violência da relação entre os homens – como o contexto político em que ocorre a ocupação da área.

É esta história a que se conta, resumidamente, neste trabalho. Tenta-se mostrar as formas particulares que o desenvolvimento capitalista assume no devassamento da Amazônia. Analisa-se como o Estado intervém para assegurar as condições para a ocupação e expansão econômica por meio das empresas e como se dá a exploração do trabalho na área (as relações sociais de produção, a desapropriação e reapropriação de terras e instrumentos de trabalho, o esmagamento da base populacional indígena preexistente ao processo, o fluxo de novas populações para cumprir as funções de mão de obra etc.).

A expansão do capitalismo na mais recente fronteira do Brasil processa-se mediante a criação de empresas sob o incentivo e a direção do Estado Autoritário. O caráter autoritário do Estado que promove o atual

devassamento não deve ser visto, entretanto, como pressuposto necessário para a incorporação da Amazônia à economia nacional. Ele emergiu da resolução de impasses políticos nucleados em outras áreas do país. Na medida em que o espaço e os interesses amazônicos se integraram ao desenvolvimento nacional o autoritarismo colocou-se como ponto de partida do atual perfil da ocupação da Amazônia.

Ali, este processo ressalta a cara de Mr. Hyde do capitalismo brasileiro. Sua expansão, embora acarrete a generalização da economia de mercado e, portanto, acelere a utilização da forma salarial na economia, *não supõe* de imediato, nem mesmo do ângulo puramente das relações econômicas, melhores condições de vida para os trabalhadores (habitação, saúde, educação, informação etc.). Em certas áreas rompem-se as bases de anteriores formas de economia de subsistência, assim como desarticula-se a economia que vende excedentes da produção familiar no mercado, mas o pioneirismo e a avidez da exploração levam a integrar na grande empresa agrocapitalista formas de vida e de trabalho que continuam a, ser qualificados, de maneira imprecisa mas sugestiva, como *semi*: semi-servis, semi-humanos, semiproletários. Na Amazônia – talvez mais do que em qualquer outra região do país – o conceito de superexploração do trabalho e a extração da *mais-valia* absoluta constituem parte integrante da expansão do grande capital: é nas fazendas de propriedade das grandes empresas do centro-sul, nacionais e estrangeiras, industriais e financeiras – do mesmo modo que nos sítios e fazendas de empresários individuais e menores –, que se dá a exploração brutal do trabalho, cuja crônica é resumida neste estudo. Exploração e progresso, semisservidão e grande capitalismo, violência e crescimento econômico não se separam como água e óleo, senão que se fundem para permitir o devassamento da fronteira, a utilização da mão de obra local ou migrante, com baixo nível de tecnologia e pouca utilização de máquinas, o protecionismo estatal, a coerção privada sobre a mão de obra etc.

Não basta, contudo, dissolver num amálgama impreciso formas de produção e relações sociais de produção distintas para caracterizar a história contemporânea da Amazônia. É preciso distinguir as linhas de força e ver como o *aqui e agora* se transforma e adquire novas feições. Neste sentido, o que é típico na Amazônia – embora não ocorra em toda a área – é a criação de empresas e o estímulo que o Estado dá a elas, pelo incentivo direto e pela regulamentação do processo socioeconômico.

Assim, sem que se compreenda que a Amazônia hoje vive sob o acicate da grande empresa e que esta age sob impulso do Estado, dificilmente se perceberão as linhas de força da transformação da região: expansão capitalista, sim, mas na sua cara mais feia, de superexploração do trabalho, para permitir a acumulação rápida de capitais sem a utilização intensiva de equipamentos e tecnologia avançados. É este lado da medalha, que do ângulo social se expressa pela desigualdade crescente, que se deixa entrever na forma que o Estado assume: autoritarismo para a massa, protecionismo para as empresas. A tal ponto que na Amazônia o Estado, que é o pressuposto político da expansão capitalista local, quase só existe como cúpula: a SUDAM, o BASA, o RADAM etc. operam apenas ao nível das empresas. Na relação direta entre empresários e trabalhadores e na vida cotidiana, a burocracia estatal, inclusive a judiciária, minimiza-se frente ao poderio das empresas e dos donos da terra, salvo no que diz respeito à presença militar nas áreas de fronteira e no que se refere à ação do INCRA nas áreas de colonização. Nas condições pioneiras da Amazônia, o Estado torna-se raquítico para a defesa do cidadão e delega à violência privada, embora não expressamente, o arbítrio nas relações entre os homens. Capitalismo selvagem, dir-se-á, que combina em sua estrutura formas de exploração e de imposição que simultaneamente supõem o Estado Leviatã (protetor, para os ricos) e a coerção privada para conter a emergência de eventuais (e improváveis) primitivos rebeldes e para conter reações mais ou menos organizadas que evidenciam aqui e ali o potencial da ação da massa dos explorados.

Seria incompleto dizer que a Amazônia atual se explica pela presença da grande empresa, nacional e estrangeira, e pelo papel do Estado para assegurar esta presença e permitir, por delegação não formal, a exploração brutal do trabalho. Existe outra dimensão, simbólica e efetiva, de formação e incorporação nacional – expressa igualmente pela presença e ação do Estado – que não deve ser minimizada. Esta função – de integração nacional – colore o Estado em sua dimensão ideológica. A missão de incorporar terras, defender fronteiras, preservar riquezas é constitutiva da mística da penetração na Amazônia e qualquer estudo mais geral necessita tomá-la em consideração. Neste trabalho procuramos mostrar, com limitações de informação, como as políticas de povoamento, ocupação econômica e ligação inter-regional articulam-se na dimensão “integração nacional” e “valorização do homem”. Especificamente no caso da

Transamazônica, procuramos avaliar o peso da ideia de “vazio demográfico” e da necessidade geopolítica de integração na definição de políticas específicas. Até certo ponto, estes motivos e intenções frustraram-se graças à “lógica da expansão empresarial”. Dizemos até certo ponto porque no caso da Transamazônica houve a exploração dos aspectos simbólicos acima referidos mais com propósitos de propaganda na política nacional do que, de fato, em função das dimensões de integração nacional e incorporação de território, como adiante se verá.

Resumindo, há vertentes distintas a ser contempladas para entender-se o atual devassamento da área: os interesses empresariais (nacionais e estrangeiros) antes de 1967-70; os interesses militares visando a incorporar efetivamente o território amazônico, como afirmação da nacionalidade e passo à realização de um destino manifesto (Grande Potência) e, finalmente, uma terceira vertente na qual a Amazônia aparece como prêmio ao grande capital (nacional ou estrangeiro) pelos seus esforços em prol do desenvolvimento brasileiro. Para um melhor entendimento deste processo, cabe dizer que a Amazônia nunca conseguiu criar interesses sociais de certa magnitude (classes e grupos radicados na região) que pudessem constituir-se em obstáculo ao tipo atual de penetração. Os interesses que surgiram na região estiveram subordinados ao capital localizado no sul do país (juta e mineração) ou, quando locais, eram dispersos, sem representação ou força política (pequenos produtores, mineradores, jaticultores), além de terem sido dependentes de ondas mercantis extrativistas de duração relativamente curta e de caráter predatório. A Amazônia nunca estruturou interesses próprios, capazes de competir com os interesses de fora; foi sempre uma terra que, assim como seus trabalhadores, uma vez usada, punha-se de lado.

Nas condições atuais da expansão capitalista no Brasil, a centralização dos capitais, cuja base de operação abarca o espaço nacional, prescinde das articulações locais. Como a Amazônia se incorporou à economia nacional a partir de um elevado patamar de acumulação – as empresas oligopólicas –, a ligação entre a região e o mercado nacional (e internacional) passou a depender daquelas empresas e do Estado.

Até à década de 1940 não houve um povoamento destinado precipuamente à colonização tendo em vista os interesses dos colonos, como ocorreu, por exemplo, com os *pioneers* americanos. O povoamento tampouco envolveu a apropriação da terra e sua utilização com a finalidade

de permitir que o colono obtivesse bens básicos de subsistência e vendesse o restante, à semelhança do que ocorre em economias organizadas com base na produção simples de mercadorias. A terra era apropriada se, e somente se, houvesse nela algum produto natural que pudesse ser trocado; então, povoava-se; mas esgotada a razão do povoamento – a demanda externa da economia extrativa – os “mais fortes” emigravam e os demais aguardavam a próxima onda mercantil que demandasse produtos do mesmo gênero. Passada a alta do ciclo do produto em exploração, mantinham-se núcleos de ocupação organizados à base do autoabastecimento. Esta base era assaz flexível; a qualquer nova solicitação do mercado, os “povoadores” atiravam-se à coleta como trabalhadores diretos para o atendimento da demanda gerada pelo novo fluxo mercantil-extrativista.

Até à década dos quarenta a Amazônia integrava ciclicamente a divisão internacional-nacional do trabalho, sem que isso implicasse na intensificação da divisão do trabalho no interior da área. Entre aquela data e 1967-70, ocorreu um ou outro fluxo interno de diversificação da produção, mas geralmente de cunho extensivo, baseado na generosidade da natureza. Ao lado do latifúndio extrativo apareceram, então, alguns sítios; já nos anos 60 surgiram algumas empresas. Com a expansão dos interesses empresariais mineradores e produtores de alimentos, com o início da efetivação de políticas de povoamento motivadas pela ideologia militar de incorporação nacional da área e com a doação de “sesmarias” aos grandes capitais do centro-sul a partir dos anos 1967-70, acelerou-se a *divisão social do trabalho em bases capitalistas*, isto é, a região integrou-se em bases regulares ao mercado de mão de obra, primeiro local, depois nacional.

O ciclo da borracha ilustra de modo notável o funcionamento da economia da região no passado. O deslocamento de cerca de meio milhão de trabalhadores durante as duas últimas décadas do século XIX deveu-se, basicamente, a mudanças ocorridas na *divisão internacional do trabalho*, concomitantemente com a existência de condições internas no nordeste que favoreciam a emigração (seca prolongada e incapacidade em reter a mão de obra local). Diferentemente da função desempenhada pelas “drogas do sertão” durante os séculos XVII e XVIII, que atuaram – como se verá neste livro – como uma das alavancas na acumulação primitiva do capital, o látex funcionou como matéria-prima do *boom* industrial europeu e norte-americano. Neste sentido, o capital industrial internacional comandou o processo de utilização do trabalho compulsório no latifúndio. A

comercialização e o funcionamento do látex no âmbito mundial estavam em mãos de agentes estrangeiros, enquanto a intermediação comercial e financeira interna e a organização do latifúndio estavam em mãos nacionais. Os agentes nacionais do processo de comercialização e financiamento não só compravam a borracha dos seringalistas, como vendiam a estes os bens de consumo e os instrumentos de trabalho que eram revendidos depois, nos “barracões”, aos seringueiros que viviam embrenhados na mata. Estabelecia-se, assim, uma cadeia de dependência entre fornecedores e clientes que ia do comerciante (comprador de borracha e vendedor de bens de consumo e de produção) ao trabalhador na selva. Este endividava-se frente ao seringalista que, por sua vez, ficava na dependência financeira e sujeitava-se às condições impostas pelo intermediário comercial. Frequentemente o intermediário comercial nacional recebia adiantamentos em espécie e dinheiro (e tinha que pagar os juros) das grandes casas exportadoras-importadoras estrangeiras. E este mecanismo de dependências múltiplas que se conhece pela designação de “sistema de aviamento”, e que funciona até hoje na Amazônia.

A concentração dos interesses na monoprodução – só a borracha contava –, aliada ao sistema de aviamento, fez com que a incorporação da Amazônia ao mercado internacional não tivesse acelerado o processo de divisão técnica do trabalho e a divisão social do trabalho ficasse limitada ao quadro simples, acima descrito. Durante todo este período apesar da prosperidade da borracha – a riqueza que ficou em mãos dos proprietários e comerciantes nacionais não ultrapassou os umbrais do consumo conspícuo, exemplificado por espetáculos teatrais de companhias estrangeiras que se exibiam em Manaus. Não houve reinvestimentos de monta, nem foram abertos campos novos para os empresários locais: a estes, na cadeia de dependências acima referida, cabia a função de meros intermediários no processo de acumulação; esta dependia da mão de obra e da exportação a preços convenientes de insumo industrial que se incorporava à produção capitalista mundial e ia permitir sua aceleração nos países industrializados.

A partir da década de 1940, sobretudo com a construção da Belém-Brasília (1957-60), esboçou-se uma diversificação das atividades e das formas de povoamento da região. As levas de trabalhadores e, sitiantes em busca de terra, de garimpeiros em busca do minério, e de algumas empresas em busca do manganês e do ouro tinham certa aura de pioneirismo, onde espontaneísmo, aventura e coragem se mesclavam; os mais grados (os

empresários) amparavam-se, evidentemente, no Estado. Mas este último tinha uma presença distante que surgia apenas sob a forma de estradas, algumas escolas, alguns hospitais, alguns barcos, sedes militares etc. O Estado Moderno, como governo que administra os negócios comuns de toda a classe proprietária, ainda não estava presente na região. A Amazônia significara pouco, até então, para o conjunto da burguesia no país e suas funções na absorção dos excedentes da acumulação capitalista e na criação de canais para investimentos novos eram desprezíveis. Estes componentes ganharão vida e expressão política e econômica somente a partir de 1967/70. A Amazônia será, então, zona preferencial para a aplicação de recursos gerados graças à política econômica e fiscal do governo central. Por outro lado, interesses estratégicos e militares passaram a motivar mais consistentemente algumas políticas de ocupação da área.

A fase recessiva da economia brasileira de 1961 a 1967 influiu a partir de 1967/68, abrindo novo ciclo ascendente. No entretanto, a resolução do impasse político (1961/64) e a rearticulação econômica, caracterizada por fusões e absorções de empresas e por um nível maior de concentração de capitais, bem como a adoção de mecanismos de política econômica adequados a esta nova etapa do crescimento capitalista (1964/67), redefiniram as bases do processo de desenvolvimento econômico no Brasil. A articulação da economia local com o mercado internacional no duplo sentido – de ênfase nas vantagens da exportação e do interesse crescente de capitais internacionais em investimentos industriais, mineradores e agroexportadores – passou a basear-se no desenvolvimento de formas de interpenetração entre o Estado, os interesses capitalistas locais e o setor capitalista internacional as quais, se já existiam no passado, tornaram-se tendência não só predominante como oficialmente aceita. De qualquer forma, estas modificações, em conjunto, expressam a existência de condições para a acumulação no Brasil que a levam a desenvolver-se num patamar mais amplo que o da etapa anterior: o Brasil incorporou-se ao espaço produtivo capitalista internacional e cada uma de suas regiões, por sua vez, sofreu os efeitos desta rearticulação, vindo a integrar-se ao mercado nacional e, por intermédio deste, ao mercado mundial.

Com o objetivo de agilizar a economia a partir destas novas condições, o governo favoreceu o ingresso de capitais estrangeiros, deu garantias para a reprodução do capital em geral e procurou reter parcela deste capital criando as condições para sua realocação. Para enfrentar os

déficits provocados pela ampliação das aquisições externas para o setor de bens de produção (máquinas, ferramentas e insumos industriais), a política econômica incentivou as exportações de bens agropecuários e minerais. Neste contexto o espaço amazônico – embora, de fato, ainda não integrado ao modelo exportador senão através de alguns recursos minerais – ganhou novas dimensões na economia nacional. O Estado *financia* o deslocamento de capitais privados (nacionais e estrangeiros) para exploração dos minérios e da terra (empreendimentos pecuários e alimentícios), visando a lançar as bases para a economia exportadora. Com isto criam-se condições para ampliar a escala social da reprodução geral do capital e para que este diversifique suas funções.

A ocupação da Amazônia obedecendo às razões da ideologia militar não contemplava no início a forma que a expansão do capitalismo adotou. Mas não conflitava com ela, nem com a grande empresa, que é sua mola. Como, por outro lado, o Estado expressa também uma dimensão ideológica e precisa autoconceber-se como ligado à Nação – ao povo – e, como a cada avanço efetivo da forma de penetração capitalista na Amazônia revelam-se os custos sociais do processo, de tempos em tempos novos planos são concebidos (sempre abandonados posteriormente), que apenas desenham no nível da boa vontade a visão idílica de uma Amazônia posta a serviço do homem e da região. Este processo é de ziguezagues, apenas, entretanto, ao nível dos planos e das diretrizes oficiais. Na prática, e cada vez mais, a Amazônia, ao ser incorporada ao mercado brasileiro e exportador e ao transformar-se em palco para a atuação das grandes empresas, perde algo de sua dimensão mítica e apresenta-se com o rosto do sofrimento dos muitos que já a habitam e que, apesar da prosperidade das empresas nas quais trabalham, continuam carentes de condições razoáveis de habitação, saúde, educação e ocupação. Com esta afirmação não queremos negar que a região se transforma, que existe pioneirismo nela e que as condições para que o bem-estar da população possa efetivar-se são talvez maiores no presente do que foram no passado. Mas o tipo de crescimento adotado – explorador de trabalho, concentrador de rendas e de riquezas – mostrou que por si só não traz melhoria para as populações, nem corrige distorções. A Amazônia não é senão um exemplo, – mais dramático talvez – desta constatação.

Este livro é resultado de um levantamento feito em 1973-74, no CEBRAP, por Tereza Martha Smith Vasconcelos e pelos autores. Juarez Rubens Brandão Lopes foi consultor dos capítulos socioeconômicos. Os

gastos do levantamento foram pagos, em parte, pelo PISPAL – consórcio de centros latino-americanos de pesquisa interessados em políticas de população, encabeçadas pelo CELADE, órgão da ONU, sediado em Santiago do Chile. Agradecemos aqui a colaboração do PISPAL.